

Fome

Consequência da falta de acesso ao alimento

Silvio Isopo Porto¹

Na última década, o notável desempenho da agricultura brasileira consolidou o setor como um dos vetores mais expressivos do desenvolvimento econômico nacional. Responsável por aproximadamente 30% do total das riquezas produzidas no País, 42% das exportações e empregando 35% da população economicamente ativa.

A elevação dos índices de produtividade das diferentes culturas, o aumento da área dedicada à produção de grãos – sobretudo da soja – e a participação das exportações agrícolas na geração dos saldos da Balança Comercial são apenas alguns dos indicadores que atestam o bom desempenho econômico da agropecuária brasileira no período mais recente, em que pese as dificuldades enfrentadas pelo setor no último ano agrícola e a preocupante concentração da produção nacional num leque bastante reduzido de produtos, o que aumenta sua vulnerabilidade em relação às oscilações dos fluxos de comércio internacional².

No entanto, o potencial produtivo da agricultura brasileira coexiste com a prevalência, no País, de um contingente significativo de pessoas em situação de insegurança alimentar. Dados recentes, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estimam em 53,9 milhões de pessoas, a população de pobres, ou seja, pessoas vivendo com renda domiciliar per

capita de até meio salário mínimo, e 21,9 milhões de pessoas extremamente pobres, com renda domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo³.

Na última Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003, realizada pelo IBGE, 47% das famílias declararam escassez de alimentos. Entre essas, aproximadamente 33% afirmaram que o alimento disponível era eventualmente insuficiente e 14% que a quantidade de alimentos consumidos normalmente é insuficiente. Os problemas relacionados à disponibilidade de alimentos parecem ser mais graves nas áreas rurais, onde 56,9% das famílias declararam a existência de certo grau de insuficiência na quantidade de alimentos consumidos. Nas áreas urbanas, esse percentual foi significativamente menor, ficando num patamar de aproximadamente 44%⁴.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), publicados no *Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, a disponibilidade de alimentos no Brasil passou de 2.216 calorias por pessoa por dia em 1961, para 3.002 calorias em 2001⁵. Os valores aferidos para o caso brasileiro, ultrapassam, com folga, a quantidade mínima de 1.900 Kcal/pessoa/dia utilizada como referência internacional. No Brasil, a fome configura-se, principal-

¹ Diretor de Logística e Gestão Empresarial da Conab.

² No ano agrícola 2004/2005, por exemplo, 87,6% da produção nacional de grãos e fibras estiveram concentrados em apenas três produtos: soja, milho e arroz. Se restringirmos a análise apenas à soja e ao milho, esse percentual passa a ser de 76%. Dados da Conab de acesso restrito.

³ Ipea. Radar social. Brasília, DF, 2005.

⁴ IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2002/2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro, 2004. p. 107-109.

⁵ A referência a um único indicador, ou seja, a disponibilidade de calorias por pessoa dia, não dá conta, evidentemente, da complexidade dos fatores envolvidos na chamada transição nutricional brasileira. Por ser um padrão internacionalmente estabelecido, serve, no entanto, como uma referência geral das transformações ocorridas nos últimos 50 anos.

mente, como um problema estrutural de acesso ao alimento, e não de indisponibilidade de alimentos, e que é gerado, em grande parte, por um quadro de forte concentração de renda e reduzida oferta de emprego.

Nesse contexto, coloca-se como um imperativo a presença do Poder Público enquanto um agente capaz de garantir não apenas o direito à alimentação, mas, também, um desenvolvimento socialmente equitativo, economicamente viável e ambientalmente sustentável do setor agroalimentar brasileiro, de forma a possibilitar uma divisão mais equilibrada da renda gerada pelas atividades de produção, processamento e comercialização de alimentos e fibras entre os diferentes elos da cadeia produtiva e a permanência, na atividade, de milhares de produtores rurais e trabalhadores agrícolas.

Entende-se que a presença do Estado como agente regulador dos processos macroeconômicos – e indutor do desenvolvimento agroalimentar brasileiro – pode ser justificada por diversos fatores.

Em primeiro lugar, pelo papel estratégico que os produtores rurais e trabalhadores agrícolas desempenham na garantia da segurança alimentar e nutricional da população. Em segundo lugar, pelo seu papel na geração de trabalho e renda em nosso País, quando capitalizados. Por fim, pelos próprios riscos inerentes à atividade agrícola, riscos estes que se tornam ainda maiores em função das instabilidades geradas pelo processo de internacionalização dos mercados de produtos agrícolas e que justificam, em grande parte, uma revitalização, em novas bases, das políticas de apoio à comercialização e sustentação de renda ao produtor.

Nos mais diferentes países, inclusive na Europa e nos Estados Unidos, o poder público historicamente desempenha um papel fundamental na estruturação do setor agroalimentar⁶.

No Brasil, sobretudo na primeira metade da década de 1990, experimentamos uma forte retração da ação governamental, tanto no campo da política agrícola como no abastecimento agroalimentar.

A repentina retirada do Estado, enquanto agente regulador, foi um remédio amargo para alguns setores, como, por exemplo, o setor sucroalcooleiro, com o fechamento de destilarias e usinas, e a exclusão de grande número de pequenos fornecedores.

No caso de outras cadeias produtivas, como a cadeia produtiva do algodão, as drásticas reduções tarifárias, ocorridas no início da década de 1990, provocaram profunda crise, excluindo da atividade milhares de famílias de pequenos produtores e empresários agrícolas.

A ausência do Estado também se fez sentir em outros setores, incluindo aí a produção de trigo e o mercado varejista de modo geral, favorecendo intenso processo de concentração de mercados, no setor agroalimentar brasileiro, nos últimos anos.

Enquanto estratégia do Governo Lula, o Programa Fome Zero, que tem 2003 como marco referencial, representa um passo importante na construção de uma política nacional de segurança alimentar, trazendo para o centro do debate a questão da fome e produzindo avanços na discussão internacional dessa temática.

Com base numa perspectiva não apenas emergencial, mas também estruturante, o aprofundamento dessa estratégia nos conduz à discussão sobre uma política nacional de abastecimento. Essa política deverá permitir, em sua formulação, a superação das falsas dicotomias que buscam contrapor Estado e mercado, como se fossem dois termos incompatíveis dentro de uma mesma equação, negligenciando o papel do Poder Público na regulação da ordem econômica e na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento.

Acreditamos que num país de dimensões continentais como o Brasil, é papel do Estado garantir não apenas o acesso ao alimento a pessoas em situação de risco social, mas o desenvolvimento mais equilibrado e diversificado do setor agroalimentar, democratizando oportunidades econômicas e garantindo a viabilidade econômica e social de milhares de pequenos e médios empreendimentos agrícolas e agroindustriais em todo o País.

⁶ Não se trata aqui, evidentemente, de defender os elevados níveis de proteção hoje vigentes na agricultura dos países desenvolvidos, mas de compreender o processo por meio do qual a estrutura produtiva hoje existente nesses países foi sendo historicamente forjada, a ponto de estabelecer determinados patamares técnico-produtivos, que hoje funcionam como referência em nível mundial.